


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0011947-17.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Aluísio Matheus dos Santos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Antonio Benedito Morello**

VISTOS

ALUÍSIO MATHEUS DOS SANTOS (R. G. 43.442.338-5), qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, § 4º, incisos I e II, do Código Penal, porque no dia 03 de outubro de 2014, durante a madrugada, em uma obra em construção localizada na rua Antonio Carlos Ferraz de Sales, nº 55, bairro Morada dos Deuses, nesta cidade, mediante rompimento de obstáculo e com o recurso de escalada, subtraiu para si dois motores elétricos marca Nova e Weg, uma furadeira e uma serra de mármore marca Makita, avaliados em R\$ 1.800,00, pertencentes à vítima Sérgio Rubens Aguiar.

Recebida a denúncia (fls. 66), o réu foi citado (fls. 75) e respondeu a acusação (fls. 77/78). Na instrução foram ouvidas a vítima e duas testemunhas de acusação (fls. 126/128), sendo o réu depois interrogado (fls. 147/148). Em alegações finais o dr. Promotor de Justiça opinou pela absolvição, por falta de provas (fls. 154/156), sendo acompanhado pela defesa do réu (fls. 158/159).

É o relatório.

D E C I D O.

O réu, juntamente com outras pessoas, respondeu a outro processo por roubo e furto, onde foi condenado (fls. 79/90). As ferramentas, produto do furto deste processo, não foram incluídas na


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

denúncia do outro feito (fls. 91/97), tratando-se, portanto, de processos distintos, como bem esclareceu o dr. Promotor de Justiça em suas alegações finais (fls. 155).

O caso é mesmo de absolvição, como já se posicionou o ilustre Promotor de Justiça que atua no processo em seu parecer final.

De fato a prova está resumida no encontro dos bens furtados da vítima. Há dúvida sobre o local efetivo onde tais bens foram localizados, de forma que não é possível se chegar à autoria com base neste único elemento de prova.

Assim, diante da dúvida, esta deve ser resolvida em favor do acusado, ante o princípio do "**in dubio pro reo**". Por conseguinte, há de fato carência probatória para condenar o réu, impondo-se a sua absolvição.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE A DENÚNCIA** e absolvo o réu com fundamento no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal.

P. R. I. C.

São Carlos, 11 de setembro de 2015.

ANTONIO BENEDITO MORELLO
JUIZ DE DIREITO

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**